



EMPRESA GRÁFICA DA BAHIA CNPJ 15.257.819/0001-06 DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS						GOVERNO DO ESTADO <small>BAHIA. AQUI É TRABALHO</small>			
BALANÇO PATRIMONIAL - Em 31 de dezembro de 2019 e 2018 - (Em reais, excluídos os centavos)						DEMONSTRAÇÃO DO RESULTADO ABRANGENTE Exercícios findos em 31 de dezembro de 2019 e 2018 (Em reais, excluídos os centavos)			
ATIVO			PASSIVO E PATRIMÔNIO LÍQUIDO						
Nota	2019	2018	Nota	2019	2018	2019	2018		
Circulante Caixa e bancos 03 a - 3.764 Aplicações financeiras 03 b 11.556.945 6.216.583 Contas a receber de clientes 04 27.474.140 29.501.394 Estoques 05 3.107.482 2.863.550 Tributos a recuperar 06 2.228.241 2.171.806 Adiantamentos diversos 270.006 277.557 Outras contas a receber 07 975.814 1.533.554 Custos a apropriar 08 3.379.600 3.331.006 Despesas antecipadas 123.183 127.533 Total do circulante 49.115.411 46.026.747			Circulante Fornecedores 11 2.447.673 2.649.280 Adiantamentos de clientes 86.859 65.933 Obrigações sociais e trabalhistas 12 2.874.590 2.770.747 Obrigações tributárias 13 1.602.560 1.522.523 Outras contas a pagar 370.451 440.516 Contas a pagar - Aquisição de Imóvel 14 3.177.783 3.177.783 Total do circulante 10.559.916 10.626.782			Lucro líquido do exercício 1.243.036 1.053.461 Outros componentes do resultado abrangente - - Resultado abrangente 1.243.036 1.053.461 As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras			
Não circulante Realizável a longo prazo 09 3.223.829 2.955.194 Depósitos judiciais 06 - 212.352 Total do não circulante 3.223.829 3.167.546 Investimentos 121.000 121.000 Imobilizado 10 21.572.363 23.489.584 Intangível 10,034 10,034 Total do não circulante 24.927.226 26.788.164 TOTAL DO ATIVO 74.042.637 72.814.911			Não circulante Provisão para contingências trabalhistas 16 847.500 795.944 Total do não circulante 847.500 795.944 Patrimônio líquido 17 44.726.598 44.726.598 Capital social 17.908.623 16.665.587 Reserva de lucros Total do patrimônio líquido 62.635.221 61.392.185 TOTAL DO PASSIVO E PATRIMÔNIO LÍQUIDO 74.042.637 72.814.911 As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras			DEMONSTRAÇÃO DO VALOR ADICIONADO Exercícios findos em 31 de dezembro de 2019 e 2018 (Em reais, excluídos os centavos)			
DEMONSTRAÇÃO DAS MUTAÇÕES DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO - Exercícios findos em 31 de dezembro de 2019 e 2018 - (Em reais, excluídos os centavos)									
		Capital social		Reserva de lucros Retenção de lucros		Lucros acumulados		Total	
Saldos em 31 de dezembro de 2017		44.726.598		15.612.126		-		60.338.724	
Lucro líquido do exercício						1.053.461		1.053.461	
Destinação dos lucros									
... Retenção de lucros				1.053.461		(1.053.461)		-	
Saldos em 31 de dezembro de 2018		44.726.598		16.665.587		-		61.392.185	
Lucro líquido do exercício						1.243.036		1.243.036	
Destinação dos lucros									
... Retenção de lucros				1.243.036		(1.243.036)		-	
Saldos em 31 de dezembro de 2019		44.726.598		17.908.623		-		62.635.221	
As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras									
DEMONSTRAÇÃO DO RESULTADO Exercícios findos em 31 de dezembro de 2019 e 2018 (Em reais, excluídos os centavos)				DEMONSTRAÇÃO DOS FLUXOS DE CAIXA Exercícios findos em 31 de dezembro de 2019 e 2018 (Em reais, excluídos os centavos)					
		2019		2018		2019		2018	
Receita operacional bruta Prestação de serviços 61.377.824 61.334.577 61.377.824 61.334.577		Fluxos de caixa das atividades operacionais Lucro líquido do exercício 1.243.036 1.053.461 Ajustes por: Depreciação e amortização 2.024.841 1.997.209 Baixa de bens do ativo imobilizado e outros 18.499 16.959 Provisão (Reversão) para contingências trabalhistas 96.000 (95.292) 3.382.376 2.972.337		Variações nos ativos - (Aumento) redução Contas a receber de clientes 2.027.254 (1.308.829) Estoques (243.932) (74.330) Tributos a recuperar 155.917 (1.101.746) Outras contas a receber 557.740 (215.219) Despesas antecipadas, custos a apropriar e adiantamentos diversos (36.692) 572.021 2.460.287 (2.128.103)		Variações nos passivos - Aumento (redução) Fornecedores (201.607) 912.071 Obrigações sociais e trabalhistas 103.843 (106.254) Obrigações tributárias 80.036 (34.189) Outras contas a pagar e adiantamentos de clientes (49.138) (14.147) Contas a pagar - Aquisição de Imóvel - 3.177.783 Pagamento de contingências trabalhistas (44.444) (893.369) (111.310) 3.041.895		Caixa líquido gerado pelas atividades operacionais 5.731.353 3.886.129	
Receita operacional líquida 56.978.343 57.159.284		Fluxos de caixa das atividades de investimentos Aquisição de imobilizado (126.120) (9.256.735) Depósitos judiciais, líquidos (268.635) 1.324.371 Caixa líquido aplicado nas atividades de investimentos (394.755) (7.932.364)		Aumento (Redução) líquido do caixa e equivalentes de caixa 5.336.598 (4.046.235)					
Lucro bruto 25.355.715 25.367.143		Lucro do exercício antes da contribuição social e do imposto de renda 1.666.420 1.127.203		Constituição e pagamento de impostos e contribuições Contribuição social (120.553) (26.338) Imposto de renda (302.831) (47.404) Lucro líquido do exercício 1.243.036 1.053.461					
Despesas operacionais Despesas comerciais (1.953.326) (1.961.466) Despesas administrativas com pessoal (10.841.460) (11.932.028) Despesas gerais e administrativas (10.300.764) (9.845.926) Despesas tributárias (1.085.136) (712.036) Despesas de depreciação e amortização (905.822) (662.541) Receitas financeiras 621.874 615.594 Despesas financeiras (84.396) (97.318) Outras receitas 859.735 355.781 (23.689.295) (24.239.940)		Caixa líquido gerado pelas atividades de investimentos Aquisição de imobilizado (126.120) (9.256.735) Depósitos judiciais, líquidos (268.635) 1.324.371 Caixa líquido aplicado nas atividades de investimentos (394.755) (7.932.364)		Caixa líquido gerado pelas atividades de investimentos 5.731.353 3.886.129					
Lucro líquido do exercício 1.243.036 1.053.461		Caixa líquido gerado pelas atividades operacionais 5.731.353 3.886.129		Caixa líquido gerado pelas atividades de investimentos (394.755) (7.932.364)					
As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras		As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras		As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras					
						NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS Exercícios findos em 31 de dezembro de 2019 e 2018 (Em reais, excluídos os centavos)			
						1 - CONTEXTO OPERACIONAL A Empresa Gráfica da Bahia é uma empresa pública vinculada à Secretaria da Casa Civil, com personalidade jurídica de direito privado, patrimônio próprio, autonomia administrativa e financeira e capital exclusivo do Estado regida pela Lei nº 6.404/76, com alterações introduzidas pela Lei nº 9.475/97 e pela Lei nº 11.638/07, por seu Estatuto, pelo Regimento Interno e demais disposições legais pertinentes. Tem como finalidade principal publicar os atos do poder Executivo, Legislativo e Judiciário do Estado, executar serviços gráficos, de microfilmagem e outras atividades correlatas.			
						2. APRESENTAÇÃO DAS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS E PRINCIPAIS PRÁTICAS CONTÁBEIS 2.1 - Apresentação das demonstrações financeiras As demonstrações financeiras foram elaboradas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, com base nas disposições contidas na Lei das Sociedades por Ações, Normas Brasileiras de Contabilidade, bem como com os Pronunciamentos, Orientações e as Interpretações emitidas pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis – CPC. Essas demonstrações financeiras foram preparadas de acordo com as Normas Brasileiras de Contabilidade Para Pequenas e Médias Empresas (NBC TG 1000), aprovadas pela Resolução CFC nº 1.255/2009.			
						2.2 - Descrição das principais práticas contábeis adotadas pela Empresa As principais práticas contábeis adotadas para elaboração dessas demonstrações financeiras estão descritas a seguir: a) Contas a receber Estão registradas e mantidas no balanço pelo seu valor nominal. b) Perda efetiva de clientes Constituída para fazer face a possíveis valores incobráveis de contas a receber de clientes privados, de acordo com as expectativas da Administração. c) Estoques Os estoques são demonstrados aos custos médios das compras, os quais são inferiores aos custos de reposição ou aos valores de realização. d) Imobilizado Registrado pelo custo de aquisição e/ou construção, deduzido da depreciação acumulada calculada pelo método linear de acordo com as taxas descritas na nota explicativa nº 10. e) Demais passivos circulantes São apresentados por valores conhecidos ou calculáveis, acrescidos, quando aplicável, dos correspondentes encargos e variações monetárias incorridas. f) Imposto de renda, contribuição social, PIS e COFINS. O imposto de renda da pessoa jurídica, a contribuição social sobre o lucro, o PIS e a COFINS, são calculados segundo as normas e critérios estabelecidos pela legislação fiscal, conforme nota explicativa nº 15 e são contabilizados pelo regime de competência. g) Apuração do resultado O resultado é apurado pelo regime de competência.			
						As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras			

(CONTINUA)



EMPRESA GRÁFICA DA BAHIA			GOVERNO DO ESTADO		
CNPJ 15.257.819/0001-06			BAHIA. AQUI É TRABALHAR.		
DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS					
		2019	2018		
Férias a pagar		1.411.377	1.380.390		
Encargos sociais sobre férias		527.494	514.362		
Encargos sociais sobre décimo terceiro salário		89.469	53.673		
FGTS		124.223	113.378		
INSS		573.344	513.034		
SESI/SENAI		38.722	34.797		
INSS retido na fonte		109.546	112.640		
Outros		415	48.473		
		2.874.590	2.770.747		
13 – OBRIGAÇÕES TRIBUTÁRIAS					
A composição dos saldos, em 31 de dezembro de 2019 e 2018, pode ser demonstrada como segue:					
		2019	2018		
COFINS		119.328	76.139		
PASEP		25.680	16.444		
ISS retido na fonte		71.398	66.225		
ISS sobre faturamento		892.030	892.535		
IRRF		328.632	310.427		
PIS/COFINS/CSLL – retidos na fonte		129.877	130.898		
Outros		35.615	29.855		
		1.602.560	1.522.523		
14 – CONTAS A PAGAR – AQUISIÇÃO DE IMÓVEL					
A EGBA adquiriu imóvel localizado na Avenida Barros Reis nº 761, Retiro, Salvador/Bahia, com 12.769,27m ² , em 28 de maio de 2018, da Empresa Bahiana de Alimentos S.A. – EBAL, devidamente inscrito no cadastro de inscrição imobiliário de Salvador. O valor da compra foi de R\$ 8.410.000, sendo pago R\$ 5.232.217 no ato da assinatura do contrato e R\$ 3.177.783 a ser pago após a conclusão da regularização do bem.					
15 – IMPOSTO DE RENDA, CONTRIBUIÇÃO SOCIAL, PIS E COFINS					
A Empresa vem apurando o imposto de renda e a contribuição social com base no lucro real. As alíquotas do Imposto de Renda, Contribuição Social, utilizadas sobre as bases de cálculo são de 25%, 9%, o PIS e a COFINS receita cumulativa (0,65% e 3%), não-cumulativa (1,65% e 7,60%) e sobre receitas financeiras (0,65% e 4%) respectivamente.					
16 – PROVISÃO PARA CONTINGÊNCIAS TRABALHISTAS					
A Empresa possui contingências advindas do curso normal das operações. Em 31 de dezembro de 2019, os montantes envolvidos, de acordo com processos cuja probabilidade de perda é provável, possível e remota, baseada nas expectativas dos assessores jurídicos, podem ser demonstrados abaixo:					
		Expectativa de perda			
Natureza		Provável	Possível	Remota	
Trabalhistas		847.500	1.364.084	45.000	
		847.500	1.364.084	45.000	
A EGBA constituiu provisão para perdas prováveis referentes a reclamações trabalhistas. O valor provisionado até 31 de dezembro de 2019 montava a R\$ 847.500 (em 2018, R\$ 795.944).					
		2019	2018		
Contingências trabalhistas		Provisão / reversão	Baixas	Saldo	Saldo
		96.000	(44.444)	847.500	795.944
		96.000	(44.444)	847.500	795.944
De acordo com a legislação fiscal vigente, os registros contábeis, fiscais, trabalhistas e previdenciários da Empresa dos últimos cinco anos e trinta anos para fins de FGTS, encontram-se abertos para eventual fiscalização por parte das autoridades fiscais. A Administração da EGBA é de opinião que, em caso de eventual fiscalização, não haverá questionamentos que envolvam valores significativos.					
17 – PATRIMÔNIO LÍQUIDO					
a) Capital social					
O capital social da EGBA, em 31 de dezembro de 2019 e 2018, no valor de R\$ 44.726.598 é integralizado pelos bens imóveis, móveis e direitos e valores de suas propriedades e por reserva de reavaliação, incorporada a seu capital, conforme dispositivos legais pertinentes.					
b) Retenção de lucros					
O lucro líquido apurado no balanço patrimonial de cada exercício social é distribuído ao Estado da Bahia, incorporado ao capital social da EGBA ou mantido em reserva de retenção de lucros, conforme deliberação do Conselho de Administração.					
18 – OUTRAS INFORMAÇÕES					
a) Investimentos - Companhia de Transportes do Estado da Bahia – CTB					
Em 23 de maio de 2013, através do termo de transferência de ações, a Empresa Salvador Turismo S.A. – SALTUR, transferiu para Empresa Gráfica da Bahia – EGBA, sem ônus, as ações ordinárias nominativas, representativas de 0,87% do capital social da Companhia de Transportes do Estado da Bahia – CTB, nos termos autorizados pela Lei Municipal nº 8.411 de 14 de maio de 2013. O valor correspondente às ações transferidas para EGBA, em 23 de maio de 2013, montava a R\$ 1.410.840 (Integralizadas R\$ 121.000 e a integralizar R\$ 1.289.840), tendo sido contabilizado a parcela integralizada a débito da conta de investimentos e a crédito de outras receitas – Doações, no Resultado do Exercício de 2013.					
b) Seguros					
A cobertura de seguros é determinada com base no valor dos ativos e do respectivo risco envolvido. Em 31 de dezembro de 2019 e 2018, os valores de cobertura das apólices vigentes eram os seguintes:					
		Montante Segurado			
Modalidade do Seguro		Bens Segurados	2019	2018	
Multirisco – incêndio	Prédio, máquinas, móveis, utensílios e instalações.		31.100.000	31.100.000	
Roubo ou furto	Bens diversos		50.000	50.000	
Responsabilidade civil geral	Operações da EGBA		2.000.000	2.000.000	
	Riscos do empregador		500.000	500.000	
	Guarda de veículos de terceiros		50.000	50.000	
19 – INSTRUMENTOS FINANCEIROS					
Em 31 de dezembro de 2019 e 2018, o valor dos instrumentos reconhecidos no balanço patrimonial se aproxima dos respectivos valores de mercado. Não é prática da Empresa operar com derivativos.					
20 – EVENTOS SUBSEQUENTES					
Efeito do Coronavírus nas demonstrações financeiras					
Em dezembro de 2019, a Organização Mundial de Saúde (OMS) emitiu o primeiro alerta sobre uma nova doença na cidade chinesa de Wuhan. Em janeiro de 2020 foi anunciado que esta doença é denominada Coronavírus (COVID-19), sendo comprovada a transmissão entre pessoas fora da China, atingindo diversos países como EUA, Itália, Coreia do Sul, Irã, Turquia, Rússia e Austrália. Em fevereiro de 2020 foram confirmados casos no Brasil. O acompanhamento das normas emitidas pelo Poder público permitirá uma avaliação mais precisa dos efeitos do surto de COVID-19 para a Empresa, bem como os impactos em suas receitas, custos e despesas. Na data de emissão destas demonstrações financeiras, a Empresa não vislumbra riscos à continuidade de seus negócios tampouco às estimativas e julgamentos contábeis, principalmente aqueles relacionados na Nota Explicativa nº 2. Não é possível neste momento mensurar ou antecipar os eventuais impactos econômico-financeiros futuros decorrentes da pandemia denominada COVID-19.					
RELATÓRIO DOS AUDITORES INDEPENDENTES					
tábil na elaboração das demonstrações contábeis, a não ser que a administração pretenda liquidar a Empresa ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações.					
Os responsáveis pela governança da Empresa são aqueles com responsabilidade pela supervisão do processo de elaboração das demonstrações contábeis.					
Responsabilidade dos auditores pela auditoria das demonstrações contábeis					
Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações contábeis, tomada em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detectam as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações contábeis.					
Como parte da auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso:					
(a) Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações contábeis, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais.					
(b) Obtemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria ao planejamos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas, não, com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Empresa.					
(c) Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela administração.					
(d) Concluímos sobre a adequação do uso, pela administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Empresa. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações contábeis ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Empresa a não mais se manter em continuidade operacional.					
(e) Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações contábeis, inclusive as divulgações e se as demonstrações contábeis representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada.					
(f) Obtemos evidências de auditoria apropriada e suficiente referente às informações financeiras da Empresa ou atividades de negócio para expressar uma opinião sobre as demonstrações contábeis. Somos responsáveis pela direção, supervisão e desenvolvimento de auditoria e, conseqüentemente, pela opinião de auditoria. Comunicamo-nos com os responsáveis pela governança a respeito, entre outros aspectos, do alcance planejado, da época da auditoria e das constatações significativas de auditoria, inclusive as eventuais deficiências significativas nos controles internos que identificamos durante nossos trabalhos.					
Fornecemos também, aos responsáveis pela governança, declaração de que cumprimos com as exigências éticas relevantes, incluindo os requisitos de independência e comunicamos todos os eventuais relacionamentos ou assuntos que podem afetar, consideravelmente, nossa independência, incluindo, quando aplicável, as respectivas salvaguardas.					
Salvador, 14 de abril de 2020.					
IGF - AUDITORES E CONSULTORES INDEPENDENTES S/S CRC/BA - Nº 004178/O CVM – 9.318					
Edmar Sombra Bezerra CONTADOR - CRC/BA Nº 012.590/O-6					
PARECER DO CONSELHO FISCAL					
Os membros do Conselho Fiscal da Empresa Gráfica da Bahia – EGBA, cumprindo suas atribuições estatutárias e tendo examinado o Balanço Patrimonial e demais Demonstrações Contábeis do exercício de 2019, elaborados pela Audicont Auditores e Consultores e auditados pela IGF-Auditores e Consultores Independentes S/S, entendem que as demonstrações contábeis retratam adequadamente a posição da empresa em 31 de dezembro de 2019, opinando favoravelmente pela sua aprovação, estando, pois, em condições de ser submetidas à apreciação do Conselho de Administração da EGBA e do Tribunal de Contas do Estado da Bahia.					
Salvador, 23 de abril de 2020					
MÁRCIA CRISTINA TELLES DE ARAÚJO LIMA					
JASSICON QUEIROZ DOS SANTOS					
WILLADESMON SANTOS DA SILVA					
CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO					
Bruno Dauster Magalhães e Silva Roberto Pereira de Brito André Nascimento Curvello Edelvino da Silva Góes Filho José Geraldo dos Reis Santos					
DIRETORIA					
Roberto Pereira de Brito Diretor Geral					
Marcos Emílio Barbosa dos Santos Diretor Técnico					
Audicont - Auditores e Consultores CRC (BA) 0568					
Joabson Nascimento Queiroz Gerente Contábil e Financeiro CRC (BA) 039407/O-3					
Edson Oliveira dos Santos Chefe da Seção de Contabilidade e Custos CRC (BA) 10.229					